



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº (ao PL nº 2614, de 2024)

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Meta 18.b. do ANEXO (OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS), item 18) Financiamento e infraestrutura da Educação Básica, do Projeto de Lei nº 2614, de 2024, a seguinte redação:

Meta 18.b.	Implantar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) no prazo de um ano da vigência do novo PNE, referenciado no conjunto de parâmetros mínimos estabelecidos na legislação educacional, e aproximar o valor do recurso aplicado por aluno em educação básica da média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE até o quinto ano de vigência deste PNE, com a implementação do Custo Aluno Qualidade – CAQ, previsto no art. 211, § 7º, da Constituição, até o final do decênio.
------------	--

JUSTIFICATIVA

A Meta 18.b. do item 18) Financiamento e infraestrutura da Educação Básica, do PL 2614/2024 estabelece “Alcançar o investimento por aluno em educação básica como percentual do PIB per capita equivalente à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE até o quinto ano de vigência deste PNE, e o equivalente ao Custo Aluno Qualidade – CAQ, previsto no art. 211, § 7º, da Constituição, até o final do decênio”.

O valor aplicado em educação como percentual do PIB *per capita*, como proposto no PL 2614/2024, não consegue refletir o valor aplicado por estudante, que é exatamente o que precisa ser considerado quando se estabelecem os salários de professores, de técnicos administrativos e as condições materiais para a realização da educação, com qualidade, em todos os seus níveis, etapas e modalidade. Olhando para o percentual do PIB *per capita* aplicado por estudante, poderíamos dizer que o Brasil, ao aplicar o equivalente a 20,7% do seu PIB *per capita* por estudante, já aplica um percentual próximo ao dos EUA, por exemplo, que aplicam 21,6% do seu PIB *per capita*. Devido à grande diferença existente entre o valor do PIB *per capita* brasileiro e dos EUA, o valor aplicado por estudante no Brasil é de US\$/PPC 3.105,21 e dos EUA, US\$/PPC 13.900,39, um valor 4,5 vezes maior. A moeda US\$/PPC, dólar poder de paridade de compra, “considera a quantidade em moeda necessária para adquirir um conjunto de produtos e serviços em um país, que pode ser comparada com a medida de outros países.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A PPC é construída a partir de uma cesta única internacional de mercadorias e serviços, que é periodicamente arbitrada a partir das pesquisas de preços e composição de gastos nos diferentes países analisados pelo Programa de Comparações Internacionais das Nações Unidas” (Diagnóstico da Educação Nacional - MEC, 2024). Há, portanto, que se elevar o volume de recursos financeiros aplicado em educação para que seja possível implantar primeiro o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como proposto nesta emenda, considerando parâmetros mínimos estabelecidos na legislação educacional brasileira e estudos realizados no país, tais como: - dias letivos por semana; jornada diária de ensino; tamanho das turmas; formação, jornada de trabalho, carreira e remuneração de professores; composição do quadro, formação e remuneração de funcionários de escolas; manutenção das escolas, formação continuada, materiais didáticos; e outros.

Além disso, que sejam considerados adicionais que procurem atender aspectos relacionados à heterogeneidade territorial do país, à diversidade existente e à grande desigualdade brasileira. Em seguida, elevar o valor aplicado por estudante para que seja possível aproximar os valores brasileiros aplicados por estudantes, daqueles dos países da OCDE, seguindo o caminho estabelecido na Constituição Federal de 1988 que estabeleceu em seu Art. 211, § 7º um: “(...) padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.”

Finalmente, há um erro conceitual na expressão ‘investimento por aluno’, uma vez que a expressão ‘investimento’ refere-se apenas às despesas de capital, enquanto o custo por aluno engloba as despesas correntes e de capital.

Esse conjunto de pontos dão sustentação a esta proposta de emenda modificativa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado Túlio Gadêlha

REDE/PE

